

## **CARTA ASSINADA PELO COLEGIADO DO CURSO DE PSICOLOGIA DA UFC - CAMPUS DE SOBRAL EM REPÚDIO AOS ACONTECIMENTOS QUE AMEAÇAM A DEMOCRACIA NO BRASIL**

Carta à Comunidade Acadêmica e aos demais setores da Sociedade Civil

A compreensão de que as Universidades Brasileiras – uma vez sob o exercício protagonista do que tange aos processos educativos/formativos que diretamente incidem sobre o contexto social, institucional e político do país – colocaram-se historicamente na esteira dos movimentos de resistência em relação às arbitrariedades e injustiças que se acometem em território nacional mobiliza a escrita desta carta ora dirigida à Comunidade Acadêmica e aos demais setores da Sociedade Civil Brasileira. Tendo em vista, ainda, que em momentos de insegurança política o silenciamento pode confundir-se voluntária ou involuntariamente com assentimento aos acontecimentos políticos, o Colegiado docente do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, Campus Sobral, vem, por meio da carta, manifestar seu repúdio em relação aos acontecimentos recentes que têm ameaçado clara e diretamente a democracia de nosso país.

Posicionamo-nos, pois, a favor do respeito integral e incondicional à Constituição – o que implica o respeito ao modo de cumprimento de seus trâmites legais, cuja ultrapassagem configura, por quaisquer razões que se apresentem, rompimento em relação ao Estado Democrático de Direito. Enfatizamos este ponto haja vista que dele depende a salvaguarda dos direitos coletivos e individuais; direitos conquistados de forma tão cara, tão dura e ainda tão recente no transcorrer de nossa ainda jovem história como nação – e, mais ainda, como nação democrática. Defendemos a equidade de tratamento jurídico a todos os cidadãos e cidadãs, na qual se assenta o princípio mesmo da justiça; bem como o seguimento da independência e, logo, das limitações dos três poderes que dão base à nossa República. Isso não significa qualquer concessão ou condescendência em relação ao rigor com o qual devem ser punidos os agentes cuja justiça brasileira, após cautelosa investigação, considerar culpados por crime de corrupção ou qualquer outro previsto na constituição. Entretanto,

em um Estado Democrático de Direito, não há circunstância alguma em que os fins justifiquem os meios; a supressão dos meios em direção aos fins consiste precisamente na dissolução dos procedimentos jurídicos e na instalação de um Estado de Exceção. É o receio de que os atuais acontecimentos políticos sinalizam essa possibilidade que move a nós, enquanto coletivo de docentes do Curso de Psicologia da UFC/Sobral, à redação desta carta.

Frisamos que nosso repúdio às graves condutas que têm sido perpetradas contra a democracia brasileira não deve ser tomado como forma de partidarismo. Mesmo porque percebemos com iguais clareza e repúdio a grave situação pela qual as Instituições Federais de Ensino Superior têm passado em razão do contingenciamento de verbas, desvalorização docente e manutenção da imposição prejudicial de uma lógica produtivista tal como empreendida pelo governo atual, de modo a ameaçar diretamente a qualidade do ensino e da pesquisa no Brasil. Ao contrário, a firme condução das leis, que sustenta a possibilidade mesma da dissonância própria ao funcionamento do Estado Democrático de Direito, interessa a todos aqueles que compõem o cenário político, seja aos extratos que ora encontram-se sob a situação de governo, seja aos partidos políticos ou demais forças que se colocam em oposição, seja a todo e qualquer sujeito – tanto no exercício público de sua cidadania como na manutenção salvaguardada de sua privacidade insubordinável aos abusos de um Estado de Exceção. Entendemos, assim, que não cabe a indivíduos isolados, ou amotinados, arbitrariamente distorcer, revogar ou ignorar a legalidade. A justiça efetiva-se na impessoalidade e encontra no arbítrio de quem se crê justiceiro não sua mola propulsora, mas seu principal obstáculo. As divergências, típicas e enriquecedoras da democracia, devem coletivamente galgar as mudanças que ensejam pela via constitucionalmente estabelecida, furtando-se, assim, de instaurar um Estado de Exceção que tomaria corpo em um Governo Ditatorial – o que representaria uma divergência ao interesse da maioria da população e um sufocamento em relação às reivindicações dos segmentos minoritários, que sempre não têm voz em um regime democrático.

Ressaltamos, ainda, nossa preocupação com a parcialidade de determinadas mídias de comunicação que, num claro desserviço à população, têm se mostrado como arma política de interesse às forças que hoje hostilizam

e que ontem submeteram à opressão e ao silenciamento todos aqueles que, de alguma forma, se insurgiram contra seus interesses de manter-se em posição de hegemonia no que diz respeito ao Grande Mercado dos Meios de Comunicação no Brasil. A manipulação minuciosa de informações, o recorte seletivo da totalidade dos processos jurídicos nos quais diversos setores da política brasileira estão enredados, bem como a incitação ao acirramento entre setores da sociedade civil constituem atitudes tomadas por parte considerável da Grande Mídia Brasileira; atitudes estas que, seguramente, a história há de mostrar-lhes o quão vergonhosas e vexatórias são para a democracia em nosso país. A incitação à violência simbólica, propagada em boa medida por substancial parcela desta Grande Mídia, obstaculiza o florescimento de análises críticas bem embasadas no seus públicos-alvo e já tem mostrado na concretude cotidiana de nossas ruas, de nossas casas e de nossas instituições o seu poder no que diz respeito à promoção da violência, da intolerância e da incapacidade de dialogar, de conviver e mesmo de ouvir a voz da diferença.

Pelas razões acima expostas, o colegiado docente do curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará/Campus Sobral compreende que só pode afirmar seu compromisso com a Educação Pública de qualidade caso afirme sua filiação inarredável e inquebrantável com a manutenção do Estado Democrático de Direito; e, por persistir na ratificação deste horizonte político e educativo, vê-se na obrigatoriedade e na necessidade de não se calar em circunstâncias nas quais os interesses democráticos do Brasil estão afrontados, dia após dia, com uma vileza ímpar.

Assina o coletivo composto pelo Colegiado Docente do Curso de  
Psicologia da Universidade Federal do Ceará - Campus Sobral.